

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5991>

**EM RESGATE DA HONRA, DOS VALORES FAMILIARES E DO
FORTALECIMENTO DA NAÇÃO: LIGA DA DEFESA NACIONAL**

IN RESCUE OF HONOR, FAMILY VALUES AND NATION STRENGTHENING:
NATIONAL DEFENSE LEAGUE

EN RESCATE DE LA HONOR, DE LOS VALORES FAMILIARES Y DEL
FORTALECIMIENTO DE LA NACION: ENLACE DE LA DEFENSA NACIONAL

Cíntia Borges de Almeida

Universidade Estadual de Santa Cruz – Brasil

Márcia Cabral da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: A constituição da “moderna” ordem republicana associava-se à ideia de representatividade, de parceria, engajamento, socialização de um espaço, de uma causa, de um movimento de agentes sociais em disputa pela construção de uma identidade nacional. A década de 1910 no Brasil é marcada por uma fase de desestabilização social, representada pelo protagonismo de uma parcela da sociedade politicamente ativa, hegemônica, que se apoiava no discurso de transformação do país. Nessa direção, ampliava-se o envolvimento dos setores militares e de intelectuais pertencentes às instituições sociais de prestígio, como o IHGB, a ABL, alinhados a esses setores. Com o intuito de se problematizar espaços e agências sociais responsáveis pelo processo educativo, o estudo das Ligas nesse período sinaliza a existência de organizações que se articulam para a defesa nacional, a organização do trabalho e a propagação da instrução popular. Propõe-se investigar a Liga da Defesa Nacional (LDN), pela análise dos discursos e dos efeitos de verdade que produz (FOUCAULT, 2001), por via das notícias disseminadas na imprensa carioca, buscando-se compreender o seu papel a partir de diferentes versões da história (CHALHOUB, 2012). À frente desse movimento, destaca-se a liderança de Olavo Bilac, tendo na associação uma ideia de programa social, “com vistas antes de cuidar da educação cívica, buscar na instrução primária, profissional e na militar, mudar a face das coisas” (O PAIZ, 28/10/1915, p.01). Entre seus propósitos, buscava-se o combate ao anarquismo, ao estrangeirismo, aos comícios e às greves, na tentativa do resgate da honra, dos valores familiares e do fortalecimento da nação.

Palavras-chave: Fortalecimento da nação. Instrução popular. Liga da Defesa Nacional.

Abstract: The constitution of the "modern" republican order was associated with the idea of representativeness, of partnership, of engagement, of socialization of a space, of a cause, of a movement of social agents in dispute for the construction of a national identity. The decade of 1910 in

Brazil is marked by a phase of social destabilization, represented by the protagonism of a portion of the politically active, hegemonic society that was based on the discourse of transformation of the country. In this direction, the involvement of military sectors and intellectuals belonging to prestigious social institutions, such as the IHGB and the ABL, aligned with these sectors. In order to problematize spaces and social agencies responsible for the educational process, the study of the Leagues in this period indicates the existence of organizations that are articulated for national defense, the organization of work and the propagation of popular instruction. In this article, we propose to investigate the League of National Defense (LDN), through the analysis of the speeches and the effects of truth that it produces (FOUCAULT, 2001), through the disseminated news in the Rio press, seeking to understand its role from different versions of the story (CHALHOUB, 2012). Leading this movement, the presence of Olavo Bilac stands out, having in the association an idea of a social program, "with a view to taking care of civic education, to seek in primary, professional and military education, to change the face of things" (O PAIZ, 10/28/1915, p.01). Among the aims of the League was to combat anarchism, foreigners, rallies and strikes, in an attempt to rescue honor, family values and strengthen the nation.

Keywords: Strengthening the nation. Popular instruction. League of National Defense.

Resumen: La constitución del "moderno" orden republicano se asociaba a la idea de representatividad, de asociación, compromiso, socialización de un espacio, de una causa, de un movimiento de agentes sociales en disputa por la construcción de una identidad nacional. La década de 1910 en Brasil está marcada por una fase de desestabilización social, representada por el protagonismo de una parte de la sociedad políticamente activa, hegemónica, que se apoyaba en el discurso de transformación del país. En esa dirección, se amplía la participación de los sectores militares y de intelectuales pertenecientes a las instituciones sociales de prestigio, como el IHGB, la ABL, alineados a esos sectores. Con el fin de problematizar espacios y agencias sociales responsables del proceso educativo, el estudio de las Ligas en ese período señala la existencia de organizaciones que se articulan para la defensa nacional, la organización del trabajo y la propagación de la instrucción popular. En este artículo, se propone investigar la Liga de la Defensa Nacional (LDN), por el análisis de los discursos y de los efectos de verdad que produce (FOUCAULT, 2001), por vía de las noticias diseminadas en la prensa carioca, buscando comprender su papel a desde diferentes versiones de la historia (CHALHOUB, 2012). En el marco de este movimiento, se destaca la presencia de Olavo Bilac, teniendo en la asociación una idea de programa social, "con vistas antes de cuidar de la educación cívica, buscar en la instrucción primaria, profesional y en la militar, cambiar la faz de las cosas" (O PAIZ, 28/10/1915, p.01). Entre sus propósitos, se buscaba el combate al anarquismo, al extranjerismo, a los comicios ya las huelgas, en el intento del rescate del honor, de los valores familiares y del fortalecimiento de la nación.

Palabras claves: Fortalecimiento de la nación. Instrucción popular. Liga de la Defensa Nacional.

Introdução

O progresso humano é incessante e infundável. O trabalho do homem não para. No meio das imperfeições e das injustiças que ainda há nas sociedades civilizadas, esse trabalho é a garantia de um futuro cada vez maior. O esforço coletivo, animado pelo amor e pela bondade, há de nivelar todos os homens, e há de assentar no seio do planeta que habitamos a felicidade completa! Tu, que amas a terra em que nasceste, aprende, reconhecendo o valor do que os teus avós já fizeram, a sacrificar o teu próprio bem ao bem comum, para que os teus filhos e os teus netos possam abençoar a tua memória, como abençoas a memória dos que te deram a civilização. (BILAC, 1931, p. 56).

Em *Contos Pátrios*, livro de moral e cívica, idealizado e publicado por Olavo Bilac¹ e Coelho Neto², em 1904, já se assinalavam diretrizes do projeto nacionalista que se disseminou ao longo das duas primeiras décadas do século XX no Brasil republicano, tendo a Liga da Defesa Nacional (1916) exercido nele relevante protagonismo. Na epígrafe acima leem-se noções veiculadas no conto *A Civilização* escrito por Olavo Bilac. Ao ser indagado por seu filho sobre o sentido de homem civilizado, chama a atenção o modo como o pai, narrador, descreve o que entende por civilização a par de orientações dirigidas ao discípulo acerca do projeto nacionalista em curso. Enfatiza, por um lado, o progresso humano por meio do trabalho, “garantia de um futuro cada vez maior”. A eficácia desse projeto diz respeito, por outro lado, e, segundo o narrador, a um esforço coletivo, baseado no amor e na bondade, capaz de nivelar todos os homens. Além desses princípios, nota-se do mesmo modo a ênfase no sacrifício do bem individual pelo bem comum. Trata-se de valorizar o amor à terra em que se nasceu e de se reconhecer a herança das gerações passadas. Logo, apontam-se, ali, princípios fundamentais disseminados por agentes sociais em disputa pela construção de uma identidade nacional imaginada, tal como sugere Benedict Anderson (2008), ao refletir sobre a origem e a difusão dos diversos nacionalismos ao longo da história moderna e contemporânea.

No Brasil, a década de 1910 deve ser assinalada, visto que se caracteriza por uma fase de desestabilização social e desequilíbrio no sistema político. Conforme sugerido por Gilvan Dockhorn (2002), o país, representado principalmente pelo Distrito Federal e pela cidade de São Paulo, protagonizava a efervescência de uma parcela da sociedade politicamente ativa, hegemônica que, sob o discurso de transformação do país, refletia a divergência dos interesses dos novos setores emergentes, os grupos econômicos urbanos, os grupos econômicos e políticos que já ocupavam lugar de destaque no Brasil. Nessa direção, amplia-se o envolvimento dos setores militares, de agentes sociais atuantes em instituições de prestígio e de poder, como a ABL, o IHGB e de sua participação nas agências da sociedade criadas e organizadas para proteger a língua, garantir a defesa nacional, narrar a história oficial, promover a organização do trabalho e a propagar a instrução popular.

¹O poeta carioca transitou por áreas como o jornalismo, a política e a educação. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e de diferentes jornais. Autor do Hino à bandeira, destacou-se na campanha cívica, a qual tinha como uma das principais pautas o serviço militar obrigatório e que culminou na criação da Liga da Defesa Nacional, em 1916. Ver: RANQUETAT JÚNIOR (2011); HANSEN (2011).

²Coelho Neto (Henrique Maximiano C. N.), foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Romancista, crítico e teatrólogo, nasceu em Caxias, MA, em 21 de fevereiro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 1934. Disponível em <<http://www.cademia.org.br>>. Acesso em 12/01/2019.

O problema da educação popular ganha destaque na política do país. Entre várias razões, a onda de nacionalismo gerada pela Primeira Guerra Mundial é em geral apontada como um forte apelo motivacional. Nesse contexto, a escolarização de amplas parcelas da sociedade adquire caráter redentor; um dos modos de afirmação da nacionalidade e, por essa via, combate ao estrangeirismo. Tornava-se necessário, então, criar e fortalecer condutas cívicas e morais com raízes nacionais. Mas, não era só o estrangeirismo e costumes externos que deviam ser extirpados. O analfabetismo³ adquire um caráter incômodo, uma “moléstia” que impedia o Brasil de se destacar, ser reconhecido e pertencer ao grupo das nações cultas e desenvolvidas. Assim, a instrução popular passa a ser reconhecida não apenas como uma política pública em benefício do indivíduo, mas, uma demanda do Estado e da Sociedade Civil para atender aos interesses nacionais.

As campanhas divulgadas nos impressos, a criação de Associações e Ligas, as várias reformas educacionais⁴, os abaixo-assinados redigidos por professores e por outras instâncias educativas⁵, dentre diversas experiências, indicam a existência de um movimento articulado no período em prol da educação, fosse ela formal ou não.

Necessário, portanto, avaliar o contexto segundo as permanências e as rupturas próprias à narrativa histórica. Nessa perspectiva analítica, os discursos em torno da educação sofrem alterações significativas no período examinado. A esse respeito, nota-se a ampla campanha de multiplicação de escolas e o chamado “entusiasmo pela educação”, que visava à escola primária e à escola popular. Segundo Dermeval Saviani (2002), tal “entusiasmo” pode ser compreendido como próprio de um período no qual se acreditava que a educação poderia ser instrumento de participação das massas no processo político, e, ainda, um dispositivo indispensável no controle e disciplina da população.

Diferentes Ligas e propósitos comuns

Esse tipo de preocupação esteve presente também nos interesses de criação das Associações e Ligas existentes na década de 1910. Vanessa Nofuentes (2008), ao analisar a

³No ano de 1907, havia uma porcentagem de 74,8% de indivíduos analfabetos, “de acordo com a população recenseada” (O PAIZ, 20/08/1916, p.06). Se comparado ao recenseamento produzido no ano de 1920, este número pouco se modifica. Ao contrário, há um aumento no contingente de analfabetos, subindo para 75,6% a população analfabeta do Brasil (DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1929, 03).

⁴Destacam-se as reformas de Pereira Passos (1903-1906), de âmbito municipal, referente à capital federal; de Rodrigues Alves (1903-1906), de âmbito federal; as propostas de Paulo de Frontin (1919) e de Sampaio Dória (1920). Cf. “A grande reforma urbana do Rio de Janeiro”, de André Nunes de Azevedo (2016).

⁵Dá-se ênfase ao abaixo-assinado organizado pela Liga Brasileira contra o Analfabetismo que recolheu mais de 20.000 assinaturas em prol da difusão do ensino e da implementação da instrução obrigatória conforme é noticiado no livro encomendado por Getúlio Vargas, em 1941, sobre a História da Liga Brasileira contra o Analfabetismo (BRASIL, 1941, p.59).

Liga Brasileira contra o Analfabetismo, por exemplo, menciona outras associações que “vislumbravam dar um novo rumo ao país, solucionando os grandes problemas da pátria” (NOFUENTES, 2008, p.29). Na análise da autora, destaca-se o contexto de fundação dessas Ligas, deixando transparecer o compartilhamento de ideias e ações, formando redes de sociabilidade que tinham como foco principal “o desafio de construir a Nação brasileira” (IDEM, p.29).

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), intensificou-se o sentimento de nacionalismo e patriotismo, trazendo uma considerável parcela de intelectuais para a discussão em torno do desenvolvimento do país e da questão da educação popular. Houve, ainda, um crescimento industrial registrado no final dos anos 1910 que provocou um aceleração no processo de urbanização da sociedade brasileira, desdobrando-se em novas pressões em favor da escolarização.

Em meio aos acontecimentos em voga, assinala-se a presença de intelectuais inseridos em um movimento com a finalidade de se reavaliar a República, de modo que fosse revivido o “entusiasmo pela educação”. Com vistas a se “inventar a República”, tornava-se necessário buscar meios de inserir a população nesse país que se almejava modernizar. Com esta finalidade, condutas e hábitos precisavam ser padronizados, homens necessitavam ser disciplinados para servir o país, escolas e espaços educativos deviam ser criados para atender aos interesses dos idealizadores do projeto político em curso. As experiências de educabilidade⁶ serviam, assim, não apenas para garantir a liberdade individual, mas, sobretudo, para fortalecer os interesses da nação.

Esse redimensionamento dos problemas educacionais estava ligado às transformações que operaram nos setores econômico, social e político do Brasil. Segundo Vanilda Paiva (1973), isso se deu devido ao fortalecimento do grupo industrial urbano, à ampliação dos setores médios e do proletariado urbano, ao nacionalismo suscitado pela guerra e à pressão em recompor o poder político, conforme os padrões da democracia liberal republicana.

Já na visão de Jorge Nagle (1966), o movimento de “entusiasmo pela educação” teve início com as conferências de Olavo Bilac⁷ e a consequente formação da Liga da Defesa

⁶O termo *educabilidade* pode ser investigado no sentido de pensar diferentes formas de saberes pedagógicos e escolares socializados pelos mais variados grupos sociais, importando compreendê-lo a partir de uma profusão de agentes e espaços – institucionais e não institucionais –, e, ainda, práticas e saberes que, conjuntamente, compõem experiências de caráter educacional (ALMEIDA, 2018).

⁷Na matéria publicada por Almachio Diniz, as palavras proferidas por Olavo Bilac em suas conferências são intituladas como “um programa social”. No entanto, segundo o articulista, não se acreditava no êxito da campanha que se iniciava. “Seria preciso, antes de cuidar da educação cívica, buscar na instrução primária, profissional e na militar, mudar a face das coisas” (O PAIZ, 28/10/1915, p.01).

Nacional (1916), embora mereça nota o fato de que, anteriormente, houve outras ações civis anunciadas com fins similares. É o caso da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, criada em 1915, a partir dos discursos defendidos por Rui Barbosa no jornal *O Imparcial*⁸, dentre outras experiências que deslocam essa tentativa de localizar um suposto pioneirismo. Ainda assim, vale reforçar a crença por um soerguimento moral da nacionalidade acastelada pelos agentes que compunham as Ligas e que vislumbraram a necessidade de se alfabetizar a população.

As diferentes Ligas criadas nesse contexto partiam de pontos específicos, mas, convergiam em relação aos seus propósitos. Em que pese as estratégias e metas diferentes, havia um fim, um objetivo comum: o fortalecimento da nação brasileira. Assim, com vistas a combater o anarquismo, o estrangeirismo, os comícios e as greves, foi criada a Liga da Defesa Nacional (LDN), por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, com a vice-presidência de Rui Barbosa, favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial.

A instalação do Diretório Central ocorreu no espaço da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro de 1916. Do discurso proferido por Olavo Bilac (BILAC, 1917), infere-se que a data e o local escolhidos para a reunião empregam marcas extremamente simbólicas para o ritual de celebração do sentimento nacionalista. A Biblioteca Nacional fora escolhida por conter o mais rico acervo de livros do país. Logo, simbolizaria o cérebro da nação. O dia 7 de setembro merecia ser lembrado por remeter à celebração da independência do Brasil. E, assim como a nação tornara-se independente, a Liga da Defesa Nacional instituída nessa data representaria o fortalecimento desse sentimento de independência.

Além desses elementos que assinalam o caráter simbólico da LDN, convém examinar o conteúdo do discurso⁹ no que diz respeito às finalidades e orientações preliminares:

O paiz já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrução primaria, profissional, militar e civica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroismo, a dignificação da nossa historia, e a preparação do nosso porvir. O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranquillo e

⁸Dentre as diferentes temáticas trazidas destaca-se a discussão do ensino obrigatório, retomando, inclusive, trechos dos Pareceres de Rui Barbosa (1883), como modo de legitimar o discurso e dar luz a uma questão já discutida, demasiadamente, no Império.

⁹Para Michel Foucault, o discurso em geral obedecia a certo número de regularidades internas, sendo avaliado pelo seu aspecto linguístico. No entanto, sua concepção define o discurso inspirado em “jogos estratégicos”, de “ação e reação”, de “dominação”, “esquiva” e de “luta” (FOUCAULT, 2001, p.09).

assegurado dos dirigidos. O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciênciaprópria nunca estiveram ausentes do maior numero das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscilam e vacillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersãodeplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do território, a pobreza das comunicações, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a mingua da ventura em muitos sertões desamparados, a inopia da instrução popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento (BILAC, 1917, p.76).

Naquela data simbólica fundava-se, em meio a toda pompa digna do “cérebro da nação, a LDN, um importante centro de resistência, cujas finalidades diziam respeito ao estímulo do sentimento de patriotismo, à propagação da instrução primária, profissional, militar e cívica. E os propósitos da LDN não eram questão menor: valorizavam-se, ali, o patriotismo individual, a crença pessoal, mas esses sentimentos não deveriam oscilar, antes deveriam ser orientados na comunhão segura de esforços coletivos contra a anarquia. Tratava-se, portanto, de um projeto bem arquitetado pelos cérebros dos dirigentes e para o trabalho “tranquilo” dos dirigidos.

Entre os fins das Ligas que se criavam notam-se, por conseguinte, os interesses em manter a unidade nacional, em contribuir para o desenvolvimento da instrução popular, em promover a educação cívica do povo, em buscar a efetividade do voto, em concorrer para a eficiência da defesa nacional, bem como em destacar a importância do serviço militar.

No que diz respeito à rede de sociabilidade em torno da LDN, havia a presença de civis e militares. Por defender a ideia do "cidadão-soldado" e do serviço militar como escola de cidadania, a LDN recebeu, desde o início, o apoio do Exército. A guerra ajudava a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. Como se observou no discurso de instalação da LDN, Olavo Bilac foi um destacado líder dessa associação, pois enfatizava a importância do engajamento dos intelectuais na causa nacionalista, apontando-os como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. Nessa direção, a imprensa também cumprirá um papel fundamental para a disseminação das ideias defendidas pelos idealizadores da Liga.

Em entrevista concedida ao jornal *O Imparcial*, o Ministro Pedro Lessa, um dos fundadores e presidente da Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional (LDN), sob a presidência de Olavo Bilac e vice-presidência de Rui Barbosa, relata o papel desempenhado pela Liga Nacionalista de São Paulo, sua utilidade e sua consonância com os preceitos por ele defendidos em sua atuação junto à Liga da Defesa Nacional (LDN). Segundo Lessa, as Ligas

tinham por fim modificar os rumos nacionais. Para tanto, era necessário investir na instrução primária, ampliá-la com a criação de escolas noturnas, com o cuidado com o saneamento das cidades, com a campanha pelo alistamento eleitoral, com o auxílio na execução da lei de sorteio militar. Logo, pensar o sentido de nacionalismo tornava-se questão crucial. Segundo o Ministro, “o nacionalismo é o culto do patriotismo”, de modo que “o esforço dos nacionalistas devia ter como escopo contribuir para que se mantenham, no Brasil, a coesão e a integridade nacional” (O IMPARCIAL, 06/05/1920, p.01). E acrescenta:

A Liga Nacionalista é uma associação, muito semelhante quanto nos fins, à Liga da Defesa Nacional, aqui fundada por Olavo Bilac. É seu intento, como se declara no artigo primeiro dos estatutos, esforçar-se por manter e desenvolver o espírito de solidariedade nacional, pregando a ideia de coesão material e moral entre todas as unidades da Federação; contribuir para o desenvolvimento da instrução popular, promover a educação cívica do povo, difundir entre todas as classes os princípios de respeito, a autoridade e a ordem social; combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto, **defender a língua vernácula e propugnar a obrigatoriedade do seu ensino, assim como da geographia e história pátria**, nas escolas estrangeiras que funcionarem no país; comemorar os acontecimentos nacionais; reerguer o jury, trabalhar em favor da educação cívica do cidadão, do escotismo, das linhas de tiro e do serviço militar obrigatório. (O IMPARCIAL, 06/05/1920, p.01, grifos nossos).

Ainda na entrevista, o Ministro Pedro Lessa¹⁰ aponta alguns dos membros da Liga, destacando o nome do “illustre” Dr. Frederico Vergueiro Steidel, lente da Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente da Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), bem como o “distinto e prestimoso” Dr. José Carlos de Macedo Soares, proprietário e financiador do jornal *O Imparcial*. O destaque do nome do irmão mais velho de Eduardo Macedo, diretor do jornal supracitado, sugere duas entradas interpretativas. A primeira possibilidade indica uma tentativa de dar prestígio à Liga através dos nomes dos seus membros envolvidos. Não se tratava de cidadão comum à frente da associação, mas cidadãos “illustres”, “distintos” e “prestimosos”, o que confere legitimidade às futuras adesões. A segunda possibilidade de interpretação consiste no lugar e no pertencimento social de José Carlos Macedo, com grande projeção em *O Imparcial*¹¹.

¹⁰Pedro Augusto Carneiro Lessa foi jurista, magistrado, político e professor. Em 1907, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia Brasileira de Letras e dedicou seus últimos anos de vida à Liga da Defesa Nacional, da qual foi um dos fundadores. Ver: GOMES (2015); MENONCELLO (2015).

¹¹A relação entre o fundador de *O Imparcial* e Olavo Bilac evidencia-se a partir dos interesses comerciais. A Agência Americana do Rio de Janeiro, fundada por Bilac, em 1912, tinha por fim ser uma fonte de informações para homens de negócios, noticiando o que acontecia de mais importante no continente Sul americano. Verificou-se que ela intermediava a circulação de *O Imparcial* (ALMEIDA, 2018).

Como havia sido defendido por Olavo Bilac, era necessário buscar o engajamento dos intelectuais para a causa nacionalista. Mais do que isso, ampliar espaços para que as ideias pudessem circular e ganhar repercussão. Assim, a imprensa passa a ser considerada como um lugar significativo de circulação de ideias e os agentes nela envolvidos tidos como importantes aliados para a missão nacionalista. Nessa direção, Bilac também foi considerado um aliado de peso para erguer a proposta da Liga Nacionalista do Rio de Janeiro (LNRJ).

No ano da sua fundação, em dezembro de 1915, Olavo Bilac presidiu a cerimônia realizada para os sócios-fundadores da LNRJ. Na mesma cerimônia, o presidente da Liga, Dr. Alcides Gentil, propôs a criação da Liga a partir da leitura do “Manifesto à mocidade brasileira” (O IMPARCIAL, 04/12/1915, p.07). O documento de abertura foi assinado por Alcides Gentil (presidente), Raphael Sebas (1º secretário), Alda de Assis (2ª secretária), Aristeu Aguiar, Amyntas de Assis, Abdias Campos, Leonor Posada, Mecenas Dourado, João Glast Veiga, Jorge T. da Costa Franco, Severino Campos. O nome de Olavo Bilac não consta no Manifesto, embora o presidente da Liga, ao apresentar o programa da LNRJ, tenha deixado em evidência o discurso proferido por aquele, em São Paulo, em torno da necessidade de se criar frentes nacionalistas pelo país, e, ainda, destacou a interferência de Bilac na organização da associação do Rio de Janeiro.

No entanto, não eram somente a partir de convergências que as Ligas eram estabelecidas. Apesar da proposta da LNRJ afinar-se às pautas defendidas por Bilac, seu Presidente, Dr. Alcides Gentil, alegava haver uma ampliação em relação ao que defendia Olavo Bilac. Segundo ele, embora o poeta visse, “no serviço militar, o melhor processo para a União intervir no ensino primário sem ferir a Constituição Federal [...]”, percebia-se que havia muitos brasileiros que não necessitavam de ensino primário, nem de higiene obrigatória, mas de um “intenso sentimento patriótico”, o que era a alma do nacionalismo defendido por eles (O PAÍZ, 20/10/1915, p.02) e aspiração absorvida pelo serviço militar. Não se podia perder tempo e nem o foco dos interesses da associação. Em outro momento, seu Presidente destacava as aspirações da LNRJ:

A nossa atividade, [...] será diária, insistente, repetida. Pela nossa inteligência e pelo nosso braço, na nossa sciencia, na arte, na literatura, na língua, no estudo dos costumes e tradições populares, na história, nas festas cívicas, no serviço militar, no escotismo, onde passamos a encontrar um ninho para as nossas aspirações e um terreno fértil para a sementeira de nossas esperanças [...] (O PAÍZ, 03/12/1915, p.06).

O serviço militar, destacado pelo fundador da Liga Nacionalista do Rio de Janeiro como a atividade capaz de intensificar o sentimento patriótico dos brasileiros, surge à frente dos ideais educacionais. Na matéria, nota-se uma distinção e uma hierarquia sobre o grau de importância do serviço militar em detrimento da educação e da higiene. Entretanto, diferente do que fora apresentado, não era com dicotomias que as Ligas trabalhavam. Ao contrário, nas conferências, debates e congressos onde se expunham os objetivos das mesmas, apesar da defesa nacional aparecer como ponto central, o ensino popular era destacado como um “poderoso instrumento patriótico”, levando à população o esclarecimento e ampliando a possibilidade de se inserirem na vida pública através do voto.

É assim que, em julho de 1919, o jornal *O Paíz* divulgava a matéria intitulada “O ensino e o serviço militar”. Tratava-se de uma conferência realizada na sede da Liga Nacionalista de São Paulo, proferida pelo Dr. Júlio Azambuja, delegado da Liga Brasileira contra o Analfabetismo. Na conferência, entre outras ideias, Azambuja defendeu a realização do ideal nacionalista naquele momento “grave e excepcional”, sendo necessário “um programa governamental de perfeita educação patriótica, tanto moral e intelectual como physica e militar” (*O PAÍZ*, 05/07/1919, p.04). Note-se que não havia proposta de ênfase para apenas uma ou outra causa. No entanto, em prol do nacionalismo, era necessário pensar medidas para a formação social em todos os sentidos. E acrescenta, conferindo sentido ao vocábulo “nação” e apresentando a necessidade do ensino nacionalista:

“Nação”, como a íntegra e homogênea sociedade cívica de um mesmo povo, com os seus sentimentos consolidados e os seus direitos e deveres perfeitamente definidos à altura de sua educação e pendores humanos. Assim é que se organizam as Pátrias, em cadeia inquebrantável de todas as afinidades sadias e fecundas e no seio amplo de uma solidariedade de sentir e de propósitos harmonicamente religados pela história, pela língua, pelos costumes e aspirações comuns [...]. Na actualidade, e com referência a nós brasileiros, a providência deve inspirar-se na norma seguida pelos governos do mundo e proclamar para isso **a obrigação do ensino primário e do serviço militar**, como principaes sucedaneos da construcção na nossa nacionalidade [...]. Assim, o actual momento, pelas suas lições, impunha-nos em programa de vida nacional, também de completa militarização, não por amor de lances bélicos e antipáthicas vindictas usurpadoras, mas só para defesas indeclináveis [...]. Há a necessidade do ensino nacionalista e nacionalizante e do serviço militar, Assim, educada a nacionalidade, tornaríamos estável a nossa paz interna e respeitada a nossa integridade nacional. Desejo ver hoje o Brasil fardado e o ensino primário diffundido obrigatoriamente, únicos meios do paíz elevar-se à posição que lhe compete nos domínios da terra, com a intelligência e a energia dos seus filhos sufficientemente preparados para usar do providente instituto da legítima defesa, quando offendidas a sua honra, integridade e direito [...] (*O PAÍZ*, 05/07/1919, p.05, grifos nossos).

Não se tratava de atender o povo, seus interesses, suas necessidades, seus direitos. Consistia, isto sim, na defesa da sociedade, do estabelecimento da paz no país, da defesa de suas terras e do afastamento da imagem de um país atrasado, que sobrepusesse a ideia de uma nação respeitada e íntegra, formada por filhos de inteligência, energia e preparados para defender a honra nacional. A obrigatoriedade do ensino primário, por sua vez, anunciada e defendida pelo delegado da Liga Brasileira contra o Analfabetismo não veicula o acesso à cidadania ou a um direito social, antes, lê-se uma estratégia para se garantir e obter meios necessários para se defender os interesses do país. Serviço militar ou instrução primária? Ambas as medidas eram meios para se alcançar um fim comum: os interesses nacionais. Em outras palavras, acentuavam-se os interesses de agentes sociais que vinham conduzindo os discursos e os debates no período.

Liga da Defesa Nacional: centro de resistência e defesa patriótica

O povo precisa de defesa ou de instrução? De uma arma ou de um livro? O jornal *O Malho*, do ano de 1916, no afã de convencer os leitores, traçava a ideia de projetos em disputa liderados por duas associações diferentes: a Liga da Defesa Nacional (LDN) e a Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBCA). Mas, será que os fundadores e propositores das Ligas também as compreendiam como agências díspares? Ou seria possível encontrar indícios que sinalizem que seus projetos apresentavam intenções comuns¹²?

O ano já anunciava o início das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. E, para organizar a festividade, na notícia publicada no tabloide, destaca-se a solenidade de fundação da Liga da Defesa Nacional (LDN) e a sessão da Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBCA), criada no ano anterior, em 1915. Além disso, com sutileza, salta aos olhos a ilustração em que aparecem representantes das duas Ligas – Olavo Bilac, Miguel Calmon e Pedro Lessa, fundadores da LDN; Raimundo Seidl, Secretário Geral da LBCA - “armando” o Brasil, representado por um homem, com uma espada e com um livro, respectivamente. Do que o “gigante desarmado”, o Brasil, precisava naquele contexto? Se defender e apoiar a guerra instaurada na Europa? Se preparar e “formar” seu povo para a chegada do Centenário? Resguardar os direitos da população e formá-la para adquirirem a condição cidadã? O que de fato estava em jogo?

¹²Para ajudar a entender a criação das Ligas em rede, o trabalho de Vanessa Nofuentes contribui, uma vez que a autora destaca a existência de 44 Ligas entre os anos de 1915 a 1922 (NOFUENTES, 2008, p.148-149).

Figura 1– Charge com a polêmica em torno do valor de uma espada e de um livro:



Fonte: *O Malho*, 16/09/1916, p.13, edição 0731.

Um ano antes da charge ilustrada acima, dava-se início a um projeto em defesa nacional. Em outubro de 1915, o jornal *O País* antecipava-se e anunciava a intenção de Olavo Bilac em criar a Liga da Defesa Nacional (LDN). A notícia intitulada “Uma campanha que ganha terreno” trata de uma entrevista com o “poeta da Via Lactea” sobre sua “cruzada santa pela regeneração” do caráter do país e pela “definitiva organização da nacionalidade”. Nela, pregava a necessidade de desenvolver-se “a instrução primária e a profissional e, sobretudo”, de se iniciar a “execução do sorteio militar”¹³ (*O PAÍZ*, 23/10/1915, p.01), evidenciando que

¹³Tratava-se de um concurso, no qual homens, maiores de 18 anos, reservistas do exército, que sabiam ler e escrever, se inscreviam para uma das vagas de atiradores para as diferentes linhas de Tiro existentes no país. Para concorrer, os inscritos faziam prova escrita e prática-oral, sendo avaliados por uma comissão do Exército Nacional (*O PAÍZ*, 26/02/1915, p.09).

“nos estados, a ideia floresc[ia] magnificamente”, sugerindo que se tratava de uma pauta de interesse geral, com intenções reveladas acerca de “cooperar para a grandeza da terra-pátria para fazê-la próspera e forte em um próximo porvir”. Configuravam-se, então, “a confiança nos resultados seguros da sua utilidade” (IDEM, p.01) e a aspiração de que a educação deveria servir a pátria.

Feita a propaganda necessária, no ano seguinte, “em nome da defesa nacional”, *O Paíz* lança um artigo sobre a organização militar. Nele, cita-se o “auspicioso” projeto da Liga da Defesa Nacional (LDN), uma instituição “totalmente estranha aos intuitos políticos”. Defendendo, assim, uma suposta neutralidade política por parte da LDN. A publicação tratou de indicar a fala de um dos seus fundadores, o Sr. Miguel Calmon¹⁴, o qual reafirmava que a Liga só desejava do governo o seu “apoio moral” (O PAÍZ, 24/07/1916, p.01).

Na comemoração da Independência do Brasil, no dia 07 de setembro de 1916, como já se acentuou, a Biblioteca Nacional recebeu os 50 membros da Liga da Defesa Nacional¹⁵ para tomarem posse em reunião privada (O PAÍZ, 07/09/1916, p.02). Pela listagem dos nomes e qualificação dos integrantes da Liga, diferente do que fora afirmado pelo jornal, observa-se o sentido político na reunião de setores destacados da *intelligenz* brasileira. Para se tornar membro do diretório geral, não bastava a intenção ou vontade individual. Havia todo um aparato moral para a seleção dos integrantes. Dentre as exigências, um “julgamento da idoneidade dos aderentes ou propostos pela comissão executiva” (O PAÍZ, 21/01/1917, p.06). Assim, é notória a existência de um interesse maior na escolha de quem comporia seu quadro.

A começar pela presidência geral da Liga, confere-se legitimidade à designação do Chefe de Governo da República. Entretanto, houve também a adesão de representantes de diferentes setores da sociedade: do comércio, da indústria, dos bancos, do agronegócio, da imprensa, das instituições de ensino superior, da Academia Brasileira de Letras, das associações, dos ministérios, das forças armadas, da política, da igreja católica, etc. A elite econômica, intelectual, política e cultural assegurava o prestígio e a circulação necessária da LDN entre as demais camadas da sociedade. Quem não a conhecia, conheceria pela imprensa, pelos círculos culturais e sociais, pela rede de sociabilidade construída a partir dos membros do diretório central. A partir dele, a proposta era repercutir seu projeto em outros estados,

¹⁴ Deputado Federal pela Bahia, com estudos na área de Humanidades e Engenharia, foi um dos idealizadores da Liga da Defesa Nacional, participando, também, das atividades da Liga Brasileira pelos Aliados, fundada e presidida por Rui Barbosa, e do conselho da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada pelo médico sanitário Belisário Pena, em 1918. Ver: ABREU (1994).

¹⁵ A Liga da Defesa Nacional foi presidida por “Dr. Wenceslão Braz, presidente da República”. A composição geral pode ser encontrada no estudo desenvolvido por Cíntia Almeida (2018, p.166-167).

capitalizando novos aliados e fundando outros diretórios dispostos a “assegurar a integridade da pátria” (O PAÍZ, 02/09/1916, p.04).

Inaugurava-se, então, a Ligada Defesa Nacional. “Os nomes que a compu[nham] representa[vam] realmente tudo o que t[ínhamos] de mais representativo e de mais ilustre” (IDEM, p.04). Com o destino a “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes” (IBIDEM, p.04), tinha como fim manter em todo o país a ideia de coesão nacional e amor às tradições heróicas; propagar em todas as escolas primárias, secundárias, superiores, profissionais, civis e militares a educação cívica e o culto do patriotismo; desenvolver em todo o Brasil o culto do heroísmo, fundando e sustentando associações de escoteiros, linhas de tiros, batalhões patrióticos; apoiar, pela persuasão e pelo conselho, a execução da lei do sorteio militar nos colégios, academias e corporações; fazer propaganda por meio de conferências, livros, folhetos, artigos de imprensa diária, ereção de estátuas e monumentos que relembassem feitos dos nossos maiores; publicação e divulgação de catecismos cívicos.

Em discurso pronunciado por Olavo Bilac, dessa vez em *O Paiz*, fica ainda mais evidente o sentido dado à expressão “defesa nacional”, tão amplamente divulgada na proposta da Liga. Na visão de seu fundador,

[...] a **defesa nacional** é tudo para a Nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho – a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, **a instrução**; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia, a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. (O PAÍZ, 10/09/1916, p.01, grifo nosso).

A leitura atenta do excerto acima permite verificar as interseções da Liga com o campo educacional: “a defesa nacional é tudo para a Nação [...], a economia, a justiça, a instrução, a escola”. Partindo desses pressupostos, semeando “informações, serviços patrióticos e intercâmbio cívico”, estabelecia-se no prédio da Rua do Ouvidor n.89 “a associação que leva[va] por diante o seu entusiástico programma nacionalista” (O PAÍZ, 07/10/1916, p.02). As atividades da LDN, recorrentemente, eram citadas nos jornais e possibilitam traçar um envolvimento dessa associação privada com os interesses de cunho nacional.

As notícias informavam sobre as reuniões da comissão executiva da Liga, citavam a criação e organização de diretórios regionais em diferentes estados (O PAÍZ, 08/10/1916, p.02), divulgavam a adesão de escolas e grupos escolares às propostas da Liga e a formação de “batalhões infantis nos grupos escolares”, bem como a obrigatoriedade da prática “do culto

patriótico nos feriados nacionais, dentro e fora das escolas” (O PAÍZ, 21/11/1916, p.04), propagandeavam a organização de festivais educativos e literários na cidade (O PAÍZ, 10/12/1916, p.04).

Nesses termos, nota-se o interesse na difusão do ensino para a população. No entanto, não se tratava de instrução como direito constitucional assegurado para todo cidadão. Como já dito, consistia em uma instrução direcionada, com pautas definidas, objetivos estabelecidos, projetos desenhados, estruturados e divulgados nas campanhas da Liga pelos diferentes espaços de circulação que a mesma se fazia presente. Se o propósito da Liga era combater a anarquia e garantir a defesa nacional, fosse pela educação ou por outra via, tornava-se necessário, então, reorganizar a configuração da sociedade carioca, fosse por meio de práticas ou por mecanismos de controle social, principalmente, da classe trabalhadora.

Liga da Defesa Nacional: controle ou tutela?

Nos discursos dos fundadores da LDN, o Sr. Miguel Calmon, em 1916, assegurava que a Liga seria “uma instituição totalmente estranha aos intuítos políticos” e, justamente, devia questionar essa anunciada imparcialidade (O PAÍZ, 24/07/1916, p.01), bem como Olavo Bilac isentava a fundação da LDN de “qualquer caracter religioso, philosophico ou político” (O PAÍZ, 02/09/1916, p.04). Tais afirmações se contradizem ao serem localizadas buscas de apoios de membros de diferentes setores sociais, inclusive, da Igreja, da Academia Brasileira de Letras, dos diferentes órgãos de governo e da Imprensa, de modo que tal envolvimento permitia estabelecer uma relação da sua proposta com os apoiadores. Nessa direção, verifica-se que as intenções da LDN afastavam-se, sobremaneira, das alegações de ação social e “boas ações” preconizadas nas histórias das ligas.

Deve-se atentar para o fato de que, no contexto analisado, a República estava marcada por uma junção de interesses de classes antagônicas, mas que aspiravam ideais próximos de sociedade e interesses comuns para a salvação da pátria. Diferentemente do que é afirmado em alguns livros didáticos, as primeiras décadas republicanas não foram portadoras de uma vocação democrática, havendo, primeiramente, um interesse na sociedade e, só então, uma preocupação com o indivíduo. Logo, a classe média urbana formada nas últimas décadas do século XIX, “dependente da elite agrária no Império, não teve situação muito diferente na virada do século que se manteve, como regra, elitista, conservadora, anti-industrialista, agrarista” (PATTO, 1999, p.168).

Longe de opor-se às oligarquias agro-exportadoras, a classe média urbana identifica-se com seus valores aristocráticos, cultiva os mesmos gostos e opiniões, “depende economicamente dela e assume posições no máximo reformistas, o que lhe permite se aliar politicamente aos oligarcas sempre que os interesses destes pedem novas palavras de ordem e a ampliação do apoio da sociedade civil” (PATTO, 1999, p.168). Assim, vê-se, claramente, a partir de um objetivo comum, uma busca por apoio entre as classes urbanas e agrárias, de modo que os interesses comuns com o ordenamento e “progresso social” sobressaiam às oposições políticas.

Partindo desse pressuposto, a obstinação pela publicação de um material de cunho civilizador e moralizante, bem como sua ampla divulgação pelos diferentes tipos de instituição educacional – como as agências de educação não formal citadas anteriormente e que apoiavam a Liga - apontam para uma estratégia política destinada à “domesticação da rebeldia da cidade” (NUNES, 2000, p.385), conforme sinaliza Clarice Nunes, ao destacar os projetos das décadas de 10 e 20 por meio dos quais se tentava “expulsar a cidade real” com vistas “à cidade ideal” pensada e projetada pelos seus reformadores.

Nessa direção, os efeitos nocivos de uma cidade habitada por uma população considerada formada por hábitos a serem “domesticados” (dentre eles, destacavam-se os negros libertos, os operários, os imigrantes), os debates e propostas fomentados nesse contexto visavam eliminar “a sujeira, a aglomeração, o ambiente malsão e a ociosidade” (IDEM, p.384), de modo a se combater a desordem da cidade e as ações “insubordinadas”. Para tanto, “moral, higiene e estética” (IBIDEM, p.385) foram um importante tripé a sustentar as campanhas de controle da população, de seus hábitos, da sua conduta, do seu controle de circulação pelo espaço urbano e de pensamento diante da conformação necessária para se adequar a ele.

Por trás de uma aparência de benevolências, camufladas em um projeto sólido para a nação de cunho social, havia intenções maiores, acordos políticos e econômicos que visavam, acima de tudo, aos interesses de uma classe social: a classe dominante, agora, reconfigurada pelo apoio das classes urbanas e agrárias¹⁶. Com a finalidade de se compreender a composição da Liga e o seu papel nas primeiras décadas do século XX, ressalta-se que a República foi, acima de tudo, resultado de uma cisão da classe dominante, que não se manteve marcada, somente, por conflitos entre um grupo em defesa de um Brasil moderno, progressista,

¹⁶A República, para além de um ideal civilizatório, segundo André Nunes Azevedo, “surgiu, antes de tudo, com a finalidade de perpetuar e **ampliar** o poder político e econômico das oligarquias regionais brasileiras” (AZEVEDO, 2016, p.78, grifo nosso).

desejoso de democracia, representado pelas classes médias urbanas, e um Brasil conservador, regressista, afeito a concepções políticas totalitárias, representado pelas classes oligárquicas do Império.

Importa compreender o ideário desses grupos, ainda que antagônicos, balizado por um discurso de reforma do Estado, da sociedade e “em busca de um caminho para a recuperação do país” (PATTO, 1999, p.169). Havia interesses comuns. Dentre eles, o interesse no espaço urbano e no ordenamento das classes populares. Nessa direção, “quando se referiam às massas, era para declará-las incapazes de contestação eficaz, e, assim, justificar uma postura tutelar que encobria o objetivo de impedir a ação política direta do povo” (IBIDEM, p.169).

Pensar a educação da classe popular, nesse contexto de ordenamento e vigilância em benefício da pátria, requer investigar diferentes agências inseridas no contexto republicano que, assim como o Estado, buscarão tutelar e conduzir os hábitos, o comportamento e as ações populares. Em meio a fortes tensões, fazia-se necessário instaurar a ordem pública. O cenário, apresentado pelas primeiras décadas republicanas, foi fortemente marcado, conforme sugere Bóris Fausto (1976), por uma reestruturação nas relações de trabalho abalizada por questões sociais inéditas, no campo e na cidade, que impulsionará episódios de resistência, movimentos grevistas e movimentos organizados pelas classes populares. Por um lado, tal reestruturação agravará, segundo a interpretação das classes dominantes, a criminalidade, os vícios e o uso de diferentes drogas, um aumento nas violências físicas, inúmeros episódios que passarão a ser denunciados por pequenos jornais libertários, por manifestações populares. Por outro lado, os movimentos também passam a ser repreendidos por diferentes estratégias de educabilidade e controle social.

Controle ou tutela? O cenário nacional, principalmente das grandes cidades, apontava para mazelas sociais. As ações estabelecidas pela Liga da Defesa Nacional pautavam-se, então, na eliminação dessas mazelas, por intermédio de experiências de tutela, mas, sobretudo, de controle popular. Havia por trás das suas atividades uma preocupação em resguardar os sujeitos e sua integridade física e moral. Todavia, a intenção que sobressaía referia-se à formação de corpos moralizados e úteis aos interesses nacionais, fosse através da escolarização, do trabalho, do serviço militar, dentre outras possíveis adequações aos diferentes espaços de formação.

A compreensão da cidade do Rio de Janeiro, de seus sujeitos, de seus projetos, remete ao conhecimento de sua história, de sua cultura, composta por relações de sociabilidade e educabilidade, considerando essa segunda como um conjunto de aprendizagens adquiridas a partir do convívio de pessoas em um espaço específico, podendo esse conjunto de

aprendizagens, por conseguinte, “ser compreendido por um padrão de hábitos e comportamentos a que a sociedade de uma dada época procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994, p.95). A educabilidade, se analisada em seu sentido mais amplo, isto é, de acordo com os interesses da sociedade carioca em transição do período imperial para o republicano, pode ser melhor entendida a partir dos desejos e práticas de civilidade assentadas numa disciplina que objetivava gerir a população.

Refletindo sobre a questão do controle social na sociedade capitalista, Sidney Chalhoub observa “a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidos a todas as esferas públicas” (CHALHOUB, 2012, p.53). No entanto, nem tudo foi tão passivo e sem reações conforme o planejado. “A intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não-conformidade, a luta” (Ibid., p.53). Logo, o ato de aprender, bem como as práticas sociais repercutidas na família, na escola, nas ruas, no trabalho, dentre outros espaços sociais de relação, conferem significado ao conceito de educabilidade, cabendo aqui retomar a chave da defesa nacional e da instrução popular, escolar ou militar, defendidas pela LDN. Para além das práticas em âmbito escolar, a educação seguia sendo disseminada em suas diferentes formas.

A Liga pode ser considerada, pois, como um espaço formativo, onde se aprendia, onde se debatiam as práticas sociais a serem seguidas pela população carioca, onde se “arquitetava” um conjunto de aprendizagens e costumes a serem socializados. Na 4ª Assembleia do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em 07 de setembro de 1917, o Conselheiro Rui Barbosa presidia a sessão e fazia alguns destaques sobre o Estatuto da LDN, apresentando, por conseguinte, o relatório dos trabalhos do primeiro ano de existência da associação. Com entusiasmo, destacavam-se o papel da Liga e suas ações frente a algumas questões nacionais.

O sorteio militar, um dos pontos destacados como necessário para o país, havia sido implementado pela Constituição Brasileira e mandado sua execução acontecer, a partir de um regulamento de 1908, mas, até o ano anterior, segundo os dados expostos no relatório, não era uma prática “entre os melhores elementos da sociedade”¹⁷. A partir da apresentação de dados estatísticos, seu exercício começa a ser posto em vigor em 1916, com o projeto de defesa nacional. Os resultados do ano de 1916 “foram muito superiores aos do ano antecedente” (O PAÍZ, 10/09/1917, p.07), mas, muito deveria ser feito, já que “por disposição de lei deviam

¹⁷A respeito do concurso para a formação de linhas de Tiro, diferente do que se esperava, dentre os poucos candidatos que se inscreviam “verificou-se que predominavam os jovens rústicos, vindos do interior ao invés da mocidade dos centros urbanos” (SILVA, 2017, p.70).

funcionar em todo território nacional 1.284 juntas de alistamento e sorteio. Funcionam 953” (IDEM, p.07).

O programa da LDN parecia repercutir amplamente, conforme anunciado pela própria notícia do jornal, funcionando “em 19 estados da Federação” (O PAÍZ, 10/09/1917, p.07), e, ainda, pelas listas diárias de novas adesões por vários municípios e estados do país (O PAÍZ, 21/01/1917, p.06; 26/08/1917, p.09). Rui Barbosa, ainda na reunião da Assembleia, reforça o não “entusiasmo transitório” nas propostas da Liga. Ao contrário, havia uma crença no papel que a associação vinha cumprindo junto à sociedade, de modo que o retorno obtido com o alistamento e com o sorteio militar era convincente e demonstrava que sua função estava “sendo bem compreendida pelas próprias populações brasileiras do mais longínquo sertão e de que as idéas que justificam essa reforma criaram raízes no espírito e no coração dos brasileiros” (O PAÍZ, 10/09/1917, p.07).

Na mesma sessão, dada a palavra a Olavo Bilac, o presidente do Diretório Central da LDN defende a divulgação “da ideia de Pátria”. Seriam necessárias diferentes ações de modo que chegasse, cada vez mais, a ideia dentro das casas da população. O programa da Liga precisava ser semeado. Nessa direção, a imprensa, também, cumpriria um importante papel: “noticiar uma série de conferências, os assumptos, todo nosso programa” (IBIDEM, p.07).

Assim, “urgi[a] preparar o Brasil” e, para isso, “a acção da Liga deve ser empregada como instrumento de coesão nacional”. Coesão que devia ser observada a partir de um voluntário especial que incrementava o civismo e o patriotismo nacional. Se a LDN “resguardava” a defesa da pátria, outras sociedades organizadas nos estados, utilizando de diferentes ações educativas, “promoviam não só a instrução militar, mas cuidava da instrução primária, da educação cívica e da propaganda” (O PAÍZ, 10/09/1917, p.07), sendo “fecundo o exemplo da Liga da Defesa Nacional”, conforme enfatizava o discurso do seu próprio fundador.

Ao adotar a educação como uma estratégia para a “ordem desejada”, a escola assumiria a responsabilidade de “semear” a “ideia da Pátria”, fazendo com que “todos seus professores, nas escolas primárias, diri[gissem] ao cérebro e ao coração de seus alunos uma allocução cívica” (IDEM, p.07). Pelo que foi indicado na fala do fundador da Liga, diferente da neutralidade política anunciada no ano anterior, “onde florescia escola”, o programa da associação já tinha sido entregue e já começava a ser executado, o que leva a se problematizar o caráter político do projeto e a influência dos membros da Liga para conseguirem, em um curto espaço de tempo, uma aceitação relevante “na capital da República e em todos os recantos do Brasil, por todos os centros e sertões” (IBIDEM, p.07).

Ainda que se questione a veracidade das informações publicadas pelo jornal e arroladas no relatório da Assembleia, elas não parecem ser infundadas, podendo ser comprovadas pela repercussão da Liga nos jornais – possível fruto da parceria estabelecida em sua própria fundação – mas, também, legitimando-se seu alcance, em diferentes partes do território nacional, por sua própria composição.

Como já acentuado, os principais dirigentes dos mais variados campos de investimentos econômicos, políticos, culturais e sociais corroboravam com a proposta da Liga, muitos deles, apresentando-se como membros e integrantes dos diretórios. Desta feita, é plausível supor uma intervenção política do Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes¹⁸, que não só participava como figura decorativa das reuniões e assembleias da LDN, antes, presidia as sessões, participava das prestações de contas e discursava sobre o programa e os rumos da associação (O PAÍZ, 07/09/1918, p.08). Sua presença por si só já representava e transmitia um simbolismo de legitimidade às ações propostas pela Liga, o que poderia interferir e abrir influências para o projeto de defesa nacional.

Diante do ideal da cidade moderna e civilizada, o início do século XX emergia como cenário de transformações urbanísticas, sanitárias, políticas e sociais que se refletiam na formulação de propostas públicas e privadas sob a alegação de anseios de modernidade, de civilização e de progresso no Rio de Janeiro. Nessa direção, conforme sugere Sônia Camara, as iniciativas realizadas pelos setores privados “constituíam-se como tentativa de se firmar o discurso científico e racional, bem como de sua importância na reconfiguração da cidade e nos modos de vida e de comportamento da população” (CAMARA, 2013, p.03).

Sob o signo¹⁹ da ordem pública, afirmava-se a necessidade de medidas e ações contra os rumos que o país vinha tomando. Tratava-se do momento da “reação cívica” do país contra a “desmoralização e a anarquia geral”. Em dezembro de 1916, o jornal *O Malho* expunha uma preocupação que parecia ser geral entre as diferentes camadas da elite brasileira: zelar pela nação. Nesse sentido, a Liga da Defesa Nacional surge como “o expoente máximo do movimento que se opera no país para que o Brasil deixe de ser o que é e passe a ser o que

¹⁸ Em 1914, elegeu-se presidente da República, com apoio dos dirigentes de Minas Gerais e São Paulo, conforme o acordo que seria conhecido como Política do Café com Leite. Foi um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional (1916) e o presidente responsável pela declaração de guerra à Alemanha, em 1917. Ver: VICTORINO (2012).

¹⁹ Para Bakhtin (1995) tudo o que é ideológico pode ser chamado de signo. As palavras e os discursos também podem ser interpretados como signos, já que os signos se apoiam nas palavras. Um signo cultural, por exemplo, quando compreendido e dotado de um sentido, não fica isolado, torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída.

deve realmente ser”. Assim, estaria Olavo Bilac andando por todos os Estados e cidades “incutindo nos coração a fé no futuro da pátria” (O MALHO, 30/12/1916, p.34).

Se os poderes públicos não zelavam pela nação, segundo era divulgado pela imprensa, tornava-se necessário um movimento formado por particulares, “homens de bem”, para lutarem a favor das leis, contra a violação dos direitos e contra a desordem, a favor da justiça que não vinha sendo cumprida, produzindo “o descalabro em que ora se encontra a nacionalidade brasileira” (O MALHO, 30/12/1916, p.34). Um pedido de socorro ou um aviso de que a sociedade precisava ser controlada? A proposta da Liga da Defesa Nacional é divulgada e repercute nos principais jornais como um movimento de “salvação da alma da mocidade”, “esperança de regeneração da dignidade e da moral da população”, como um movimento geral em prol do reerguimento do país que precisava combater a anarquia, o esfacelamento da sociedade e recuperar a moral da justiça nacional.

Logo, bradava-se a campanha “contra esse estado de cousas”, iniciando-se uma cruzada que focalizava “a regeneração da nação, o fortalecimento da República, a reabilitação dos costumes, a implantação da moralidade política, administrativa e judiciária” (O MALHO, 30/12/1916, p.34). Não será de forma desinteressada que a LDN terá como membros do Diretório Central os três poderes representados. Sua campanha atenderia a dois propósitos: cuidar do desgaste da imagem que a política, a administração pública e o poder judiciário vinham sendo representados pela sociedade e, como propósito principal, o combate “aos conflitos sociais”, “à desorganização”, “à degradação moral”, “aos ladrões, aos assassinos, “aos estellionatários”, “à proteção da individualidade, com graves prejuízos para a sociedade e para a República” (IDEM, p.34).

Conforme essa perspectiva analítica, o contexto republicano foi marcado por uma efetiva repressão “aos conflitos sociais”, contexto “de brutalidade repressiva, orientação professada pelos governantes, apoiada por industriais e fazendeiros e pela própria sociedade civil” (PATTO, 1999, p.172) sob a forte alegação de “ordem pública” e interesses da nação. A onipresença da polícia, a convocação das forças militares, “a sutil violência repressiva” a que estava subjugada, principalmente, as classes populares são signos importantes para se compreender o contexto histórico e o papel da LDN neste cenário.

“Sob a alegação de que estavam em jogo interesses do conjunto da nação, o Estado brasileiro primeiro-republicano” (IDEM, p.171) não agia somente com discursos civilizatórios e com sutileza disciplinadora para garantir a ordem pública. Ao contrário, “os donos do poder não hesitaram em valer-se da violência física”, convocando para a missão civilizatória a repressão policial e as forças armadas, para “frear as ações da classe popular” e “imobilizar os

indesejáveis” (PATTO, 1999, p.171). Indo ao encontro desta análise, Leila Capella (1985), em seu estudo sobre a revista *Defesa Nacional*, criada em 1913, analisa, por sua vez, o papel da Liga da Defesa Nacional, destacando que a função seria de combate a tudo que não pudesse ser integrado pela pátria que se desejava reerguer. Assim, surge, mais uma vez, a presença dos “indesejáveis”, considerando-se, dentre eles, a presença dos mestiços (ex-escravos, filhos dos escravos, negros libertos), dos estrangeiros, dos “vagabundos” e dos analfabetos.

Aqui vale pensar um paradoxo. Apesar do discurso asseverado em se combater a “desordem” e se pensar medidas para solucionar os supostos problemas apresentados pelos “indesejáveis, o próprio desinteresse das elites republicanas na aceitação dos negros - uma parte do grupo mal visto pela sociedade - no mercado de trabalho urbano, nos espaços sociais e nas redes de sociabilidade, levava os mesmos a buscarem meios alternativos de inserção e sobrevivência. Conforme sinaliza Chalhoub (2012), por vias de pequenos biscates e, recorrendo a condutas violentas, tais ações geravam mais sensação de desordem urbana em uma cidade que mantinha formas de controle de uma ordem escravista, levando, ainda, à reflexão sobre uma possível negligência do Estado com políticas voltadas aos supostos problemas sociais.

Assim, há, naquele turbulento contexto histórico, o surgimento de propostas de enfrentamento pacífico da “questão social” reveladoras de “ópticas heterogêneas no interior da própria classe dominante” (PATTO, 1999, p.176), também presentes na Primeira República, formuladas por homens públicos de prestígio, como Rui Barbosa e Olavo Bilac, e por instituições político-partidárias de “oposição”. Amplia-se, pois, a participação das iniciativas particulares, como se verifica a partir do caso emblemático das ações propostas pelas Ligas.

Tais instituições, além da disseminação do seu ideal de nação, incitavam a adoção de estratégias que diminuíssem a intervenção das forças policiais, fisicamente. Seu método consistia em “semear” discursos moralizantes e civilizatórios, representando, assim, seu papel educativo e de formação. Na visão de Maria Helena Souza Patto (1999), em essência, a repressão, ainda que psicológica, se manteve. Propunha-se o disciplinamento do povo, antes que o povo, por si só, encontrasse formas de resistir, de reivindicar, de manifestar-se contra a ausência de Estado e direitos para sua classe.

Nota-se, de tal maneira, a existência de um duplo interesse no “disciplinamento” da população pobre. Primeiramente, há uma preocupação com a contenção da “desordem” em relação à suposta “vadiagem” apontada como hábitos das classes populares. Se a elite social almejava investir no progresso da pátria, tais tensões na ordem pública precisavam ser

controladas. Observa-se, também, uma possível intenção de silenciar e de conter possíveis revoltas populares. Greves, manifestações, movimentos de resistência da população, diante dos projetos idealizados para a nação, configurariam fortes entraves para a economia e para as propostas políticas do contexto. Nessa direção, o controle social por via da escola e dos ensinamentos, dos hábitos e da conduta inculcada como formas civilizatórias, de modo pacífico, produziria o efeito repressor necessário para se alcançar a República moderna e ordeira desejada na visão das classes dirigentes. As Ligas e a Liga da Defesa Nacional, em particular, exerceram papel fundamental nesse projeto conformador da sociedade brasileira no período examinado.

Considerações finais

A Liga da Defesa Nacional ancorava-se no tripé calcado no resgate da *honra*, dos *valores familiares* e do *fortalecimento da nação*. Tratava-se, assim, de espaço formativo onde se debatiam as práticas sociais a serem seguidas pela população carioca e onde se “arquitetava” um conjunto de aprendizagens e costumes a serem socializados. Na onda de um nacionalismo, sob forte apelo motivacional associado ao patriotismo e ao desenvolvimento do país, a LDN apresentava, entre seus principais propósitos, a busca pelo combate ao anarquismo, ao estrangeirismo, aos comícios, às greves, bem como se estabelecia como um campo de disseminação de dispositivos de controle e de repressão social, buscando medidas para se combater “os conflitos sociais”, “a desorganização”, “a degradação moral”, “os graves prejuízos para a sociedade e para a República” (O MALHO, 30/12/1916, p.34).

Apesar das lutas civis, sociais e políticas; dos movimentos de resistência da população; de diferentes projetos e reformas educacionais em contextos distintos, nos quais a educação pública, laica, gratuita e plural passou a ser defendida – como é possível perceber nas propostas presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), na defesa da educação para todos no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional proposto pelo Ministro Clemente Mariani (1948), na pluralidade reconhecida no documento do Plano Nacional de Educação implementado pela Lei 13.005 (2014), entre outros, constata-se a retomada do debate da formação moral da população e da intervenção da defesa nacional nas práticas educativas presentes, principalmente, em algumas medidas e reformas propostas no

contexto atual²⁰. Nessa direção, observa-se a reconfiguração de representações em disputa a respeito da escola e de sua função social.

Algumas bandeiras levantadas e fortemente defendidas pela Liga da Defesa Nacional, ainda que reconfiguradas, se reapresentam com características de continuidade do processo histórico. Na perspectiva da investigação de espaços e agências sociais responsáveis pelo processo educativo, o estudo da LDN sinalizou a existência de organizações articuladas para a defesa nacional, a organização do trabalho e a propagação da instrução popular, arregimentando vestígios de civismo e conformando o comportamento social, sobretudo, da classe popular. Em vertente semelhante, o ano de 2019 se inicia marcado pelo atual governo e regulado pela legitimação de medidas contrárias a um projeto educacional democrático, que, nos governos anteriores dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) se pautava na bandeira da equidade, da pluralidade, da justiça e do reparo da desigualdade social.

Paradoxalmente, contrariando tais orientações, o que se observa no contexto atual são políticas aproximadas aos interesses de inculcação de hábitos e padronização de comportamentos em uma sociedade plural e amplamente diversificada. Em busca da homogeneização cultural e da hegemonia social advindas das principais esferas de poder, o discurso nacionalista apresenta-se forte no combate aos supostos “insubordináveis”, à semelhança do discurso que propunha modificar os rumos nacionais preconizados pela LDN, sob a égide do culto ao patriotismo e à segurança da integridade dos “cidadãos” brasileiros.

Olavo Bilac, presidente do Diretório Central da LDN defendia a necessidade da divulgação “da ideia de Pátria”. Em rumos aproximados, o slogan “Pátria Amada Brasil”, cunhado pelo governo atual em tom ufanista, não nos deixa esquecer do nacionalismo exacerbado e da necessidade de se “resgatar o país” (UOL, 04/01/2019). Esse resgate, à semelhança do anunciado pela Liga da Defesa Nacional em 1916, parte de um rompimento com práticas educativas que se apoiam “na ciência e no progresso social”, “na emancipação de minorias e grupos menos favorecidos”, com o intuito da extirpação “dos direitos humanos, da educação sexual e do pensamento crítico em si” (DEUTSCHE WELLE, 25/10/2018), rotulando-se tais conquistas de natureza progressista como “comportamentos de uma sociedade que fracassa”.

Logo, conforme o ideário patriótico, as práticas pedagógicas plurais e fortalecidas, especialmente, no âmbito escolar, devem ser interrompidas, a fim de se “resgatar o país”,

²⁰Cf. a esse respeito, o Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

importando também se repensar a função social dessa instituição. Assim, afinada a esse entendimento, se fortalece a defesa em torno de propostas como “Escola Sem Partido”, sob o argumento da necessidade de não mais “se doutrinar” o pensamento e a formação. Ao se propor “a restrição do pensamento” (IDEM, 25/10/2018) imoral e desobediente semeado na escola, o suposto projeto de escola “sem concepção ideológica” sugere implantar “vigilantes” para impedir a permanência desse tipo de ensino “doutrinador”, tendo como “aliados” nessa missão nacional as famílias, os próprios alunos e, ainda, a intervenção militar para fins disciplinares. No entanto, o projeto supostamente “sem interesse político e partidário” evidencia, antes, marcas da retomada de um dualismo educacional histórico, por meio do qual, mais uma vez, os projetos associados à escola pública, ao invés de focalizarem a diversidade e atenderem as diferentes demandas sociais, funcionam para a reprodução de interesses hegemônicos.

Com o propósito de se resgatar aspectos moralizantes, em contrapartida, se silenciam vozes, culturas, religiões, práticas educativas informais consideradas ilegítimas. As representações sobre a função da escola e dos processos educativos estão sendo, assim, confrontadas, do mesmo modo que há mais de um século atrás sujeitos alinhados com os setores militares e intelectuais, pertencentes às instituições sociais de poder e de prestígio como o IHGB e a ABL, atuaram a favor do protagonismo de uma parcela da sociedade politicamente ativa, hegemônica, a qual se, por um lado, realçava o discurso de transformação do país, por outro, marcava por meio da força ou do poder simbólico os lugares e o pertencimento de cada grupo na vida social.

Convém sublinhar, por último, que, naquele contexto, não por acaso, ao se adotar a educação como uma estratégia para a “ordem desejada”, a escola assumiria a responsabilidade de “semear” a “ideia da Pátria”, fazendo com que “todos seus professores, nas escolas primárias, diri[gissem] ao cérebro e ao coração de seus alunos uma allocução cívica” (O PAÍZ, 10/09/1917, p.07).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **História de uma coleção**: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.2, p.199-233, jan./dez. 1994.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um paíz de poucas letras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922). Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, André Nunes. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Mauad X, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**: discursos. Rio de Janeiro: Edição da Liga da Defesa Nacional, 1917.

_____. A Civilização. In: BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. **Contos Pátrios**. Moral e Cívica. 27. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 56.

BRASIL. **Liga Brasileira contra o Analfabetismo**, 1941. Obras Gerais. Localização: II – 291, 4, 15.

CAMARA, Sônia. **Por uma Ação Preventiva da Infância**: as Conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901 a 1907). XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH: Natal/ RN, 2013.

CAPELLA, Leila Maria Correa. **As malhas de aço do tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (v. 1).

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Pedro Lessa (reflexões sobre o conceito de história). In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores no Brasil** (do fim do império ao alvorecer da República – c. 1870-1940). Porto Alegre: EdIPUCRS, 2015.

HANSEN, Patrícia Santos. **Infância como projeto**. Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac. Simpósio Nacional de História. São Paulo: 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil (01 de setembro de 1920)**. Série Nacional, v.IV, 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso: 07 abr. de 2017.

LICHTERBECK, Philipp. Brasil, um país do passado. **Deutsche Welle**, 28 nov.2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-um-pa%C3%ADs-do-passado/a-46477566>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MAIA, Gustavo; MOTOMURA, Marina. Em tom ufanista, Bolsonaro adota slogan "Pátria Amada Brasil". **Uol**, 04 jan.2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/04/bolsonaro-slogan-patria-amada-brasil.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MENONCELLO, Aline Micheline. **A escolha de Pedro Lessa**: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da Nação**: a campanha da Liga Brasileira contra o analfabetismo (1915-1922). 2008. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, Clarice. Publicizando uma prática: a avaliação de trabalhos de história da educação. **Educação em Questão**, v.24, n.10, p.91-109, set./dez. 2005.

O IMPARCIAL. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_02/1445. Acesso em 04 jan. 2018.

O MALHO. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/32733>. Acesso em 04 jan. 2018.

O PAÍZ. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/29565. Acesso em 04 jan. 2018.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973 (Temas Brasileiros II/ IBRADES).

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, n.13. p.167-198, 1999.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional. In: **Publ. UEPG Humanit. Sci.,Linguist., Lett. Arts**, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia e política educacional no Império brasileiro**. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

SILVA, Shayenne Schneider. **Mestre das palavras**: missão educativa de Coelho Netto na política, na imprensa e nas escolas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

VICTORINO, Juliana Leone. **Wenceslau Braz e a política café com leite**: estratégias de comunicação e marketing político que o elegeram presidente da República do Brasil. 102 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2012.

SOBRE AS AUTORAS:

Cíntia Borges de Almeida

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz/ UESC – Brasil; Departamento de Ciências da Educação (DCIE); membro integrante do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL). E-mail: cintiaborgesalmeida@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0001-8084-9888>

Márcia Cabral da Silva:

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ – Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd); coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação/CNPQ (GRUPEEL). E-mail: marciacs@ism.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-8748-5893>

Recebido em: 22 de fevereiro de 2019
Aprovado em: 20 de junho de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020